PUBLICADO DOC 15/04/2008, PÁG. 82

PARECER Nº 708/2006 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 742/05.

De autoria do Executivo, o presente projeto proíbe, nas dependências dos estabelecimentos públicos municipais de saúde, a presença de pessoas vinculadas a empresas funerárias, com fins de agenciamento ou venda de artigos ou serviços dessa espécie, competindo exclusivamente ao Serviço Funerário do Município de São Paulo a prestação e execução das atividades e serviços previstos na Lei nº 8.383, de 19 de abril de 1976, com as alterações subseqüentes.

O projeto estabelece que são consideradas dependências do estabelecimento não só o seu recinto interno, como também a portaria, o saguão e o pátio, quando houver, bem como as imediações do respectivo prédio, até 100 (cem) metros de distância. Fica vedado aos estabelecimentos públicos municipais de saúde manter qualquer autorização, acordo ou cooperação com empresas prestadoras de serviços funerários. A iniciativa também determina que:

- a) Os óbitos ocorridos nos estabelecimentos públicos municipais de saúde deverão ser comunicados, de imediato, aos familiares dos mortos ou aos respectivos responsáveis;
- b) A comunicação do óbito, à família ou aos responsáveis pelo falecido, será feita unicamente por funcionários da unidade hospitalar, vedada a intermediação de pessoas estranhas;
- c) A declaração de óbito será entregue exclusivamente aos familiares do morto, ou respectivos responsáveis, pessoalmente, nas dependências do próprio estabelecimento;
- d) Somente após a verificação do óbito e a entrega da respectiva declaração, o cadáver será liberado para traslado;
- e) As dúvidas sobre sepultamentos e funerais deverão ser dirimidas pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, podendo ser solicitada a presença de fiscal daquela autarquia para a orientação que se fizer necessária;
- f) Compete aos administradores do estabelecimento público municipal de saúde designar funcionários para impedir o acesso e a intromissão, em suas dependências, das pessoas a que se refere o "caput" do artigo 1º desta lei, devendo ser requisitado o concurso da polícia, quando necessário.

De acordo com a justificativa, objetiva-se evitar que empresas funerárias de outros municípios assediem familiares de pacientes que falecem em estabelecimentos públicos municipais de saúde, com o propósito de agenciar sepultamentos e comercializar produtos e serviços de mesma natureza, causando, assim, constrangimentos e indução a erro em pessoas em situação de extrema dor.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo à iniciativa, visando eliminar a vedação da atuação das empresas supracitadas nas vias e logradouros situados no entorno dos estabelecimentos mencionados, que não encontra amparo legal, tendo em vista que as referidas empresas não estão exercendo nenhuma atividade ilícita.

O projeto em análise reveste-se de elevado interesse público, motivo pelo qual esta Comissão posiciona-se favoravelmente a sua aprovação.

Favorável, pelo exposto, o parecer, nos termos do projeto original.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 28/06/06.

Wadih Mutran - Presidente

Gilson Barreto - Relator

Aurélio Nomura

Lenice Lemos

Marcos Zerbini